

'CONCLUSÕES IMPRÓPRIAS E INDEVIDAS'

A nota oficial distribuída ontem pela Odebrecht:

"A Odebrecht reafirma que considera seu direito inalienável o acompanhamento do Orçamento da União.

"Esclarece que esta postura se tornou necessária e imperativa, a partir do momento em que o Estado contratante deixou de saldar seus compromissos com fornecedores e prestadores de serviço, o que passou a nos impedir de realizar obras sem que nos certifiquemos da respectiva cobertura orçamentária.

"Não entendemos como somos acusados de corruptores, se somos credores de Governo nos níveis Federal, Estadual e Municipal em mais de meio bilhão de dólares. Que poder é este, a nós atribuído, que nos obrigou a captar recursos, inclusive no exterior, para fazer face a compromissos que nos orgulhamos de nunca ter deixado de honrar, apesar da inadimplência dos governos?

"Quanto à lista de políticos divulgada pro parlamentares da CPI do Orçamento, estamos tranqüilos porque temos a certe-

za de não haver praticado nenhuma atitude que não seja legítima. As ilações e conclusões que estão sendo extraídas dos documentos apreendidos, são absolutamente impróprias e indevidas e fruto de interesse político de quem deseja causar uma perturbação nacional.

"Consideramos corvária o fato de um senador da República, respaldado em sua imunidade parlamentar, trazer a público documentos elaborados por terceiros, sem antes convocá-los para a devida explicação. É inaceitável a exploração político-ideológica das informações neles contidas com o objetivo de satisfazer ambições pessoais e atingir a vida e a honra de cidadão.

"Se esperamos que neste momento o Congresso trabalhe pelo processo de depuração política no Brasil, e por princípio éticos, da mesma forma deve o Congresso zelar pelo respeito aos direitos e garantias individuais estabelecidas na Constituição.

"Assim que tivermos acesso a toda documentação, estaremos disponíveis, como sempre afirmamos para, na devida ocasião, prestar todos os esclarecimentos solicitados."